

Sob Dilma, BC muda e tenta estimular crescimento, além de vigiar a inflação

Mandato do órgão é para buscar meta inflacionária, mas temor de esfriar demais a economia já fez BC adiar para 2012 a inflação de 4,5%

Fabio Graner
Adriana Fernandes / BRASÍLIA

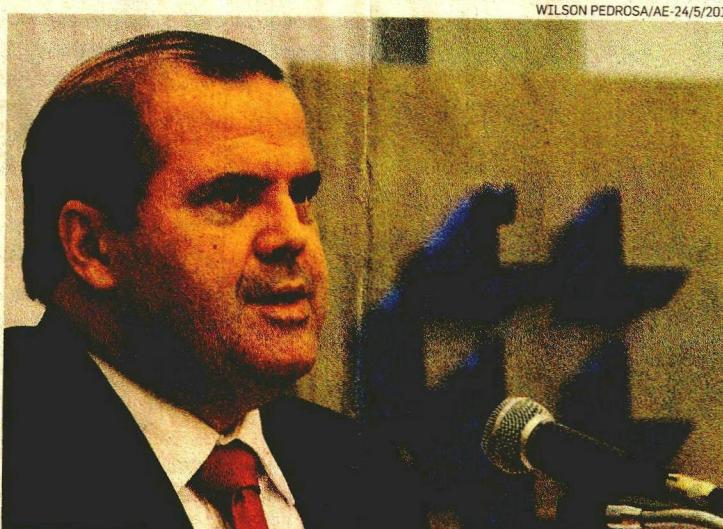
Os sinais já vinham do governo Lula. Mas, no governo Dilma Rousseff, a política monetária conduzida pelo Banco Central do Brasil se aproxima, ainda que informalmente, do modelo do Federal Reserve (Fed, o BC americano).

Nos Estados Unidos, o Fed tem a missão oficial não só de zelar pela estabilidade de preços, mas também de buscar o máximo de empregos, ou seja, inflação baixa e crescimento forte.

No Brasil, o BC tem oficialmente o mandato de buscar a meta de inflação definida pelo governo. Mas a estratégia mais gradualista adotada neste ano mostra que, na prática, o BC de Dilma opera também de olho no crescimento do País, numa espécie de "duplo mandato".

A preocupação do governo em não frear demais o ritmo de crescimento da economia em 2011 está no cerne da decisão do BC em adiar para 2012 a convergência da inflação para o centro da meta de 4,5%, segundo apurou o *Estado*. Dilma deixou claro, logo no início da sua administração, que estava comprometida com o controle da inflação, mas sem sacrificar o maior crescimento econômico obtido no segundo mandato do governo anterior.

Apesar de ter autonomia operacional, o presidente do BC, Alexandre Tombini, e sua equipe estão mais sintonizados com esse objetivo. Aliás, o nome dele foi escolhido exatamente pela avaliação de que Tombini trabalharia nessa direção. Apesar de muitas vezes usar algumas expressões "rabugentas" típicas de banqueiros centrais – como a clássica "um pouco mais de inflação



Mudança. Com Tombini, um BC mais ligado no crescimento

não aumenta o crescimento" –, a prática mostra que o BC acredita que não deve derrubar a atividade econômica para manter a inflação na meta.

O próprio relatório trimestral

de inflação de março foi explícito ao afirmar que uma convergência em 2011 para o centro da meta de 4,5%, diante dos choques de oferta, implicaria um custo muito alto para a atividade

econômica e a boa prática recomendava um movimento mais suave.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, no governo Lula, defendeu por várias vezes nos bastidores a necessidade de uma meta de crescimento. Essa foi uma das razões também para o governo ter decidido manter em 4,5% a meta de inflação, num embate duro entre Mantega e o ex-presidente do BC, Henrique Meirelles, que queria reduzir o centro da meta para 4%, um nível de inflação mais próximo dos praticados pelos países desenvolvidos. Nos bastidores da Fazenda, um PIB abaixo de 4%, número projetado pelo BC para este ano (Mantega projeta 4,5% de alta), é considerado muito ruim.

"Realmente me parece que há uma dupla intenção do BC a partir deste governo, mais explícita do que tinha no segundo manda-

to de Lula. Mas é uma dupla metade enganosa. No caso americano, buscar a meta de crescimento existe apenas quando a inflação não é um risco", afirmou o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale.

Ele explicou que o Fed já cometeu erros, nas décadas de 60 e 70, quando estimulou demais a economia, levando a inflação a níveis muito elevados. "Mas o Fed sempre tentou controlar a inflação, com diferenças de percepção de cada dirigente em cada momento", afirmou. Para Vale, no caso brasileiro, há um "objetivo de manter uma taxa de crescimento de 5% com inflação de 4,5%".

Nova pressão inflacionária deve vir de reajustes salariais
Pág. B3